

RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.427 - PR (2019/0219268-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : DOUGLAS FERNANDO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão que deu parcial provimento ao apelo, assim ementado:

DIREITO PENAL. DESCAMINHO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. REGIME SEMIABERTO. MANTIDO. CASSAÇÃO CNH. LEI 13.804/19. RETROATIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE. ART. 92, III, DO CP.

1. A Quarta Seção, seguindo a orientação das Cortes Superiores, modificou o entendimento para afastar o princípio da insignificância nas hipóteses em que há demonstração de reiteração delitiva específica.

2. A reincidência impede a fixação de regime aberto como inicial para o cumprimento de pena.

3. Ao determinar a cassação da CNH e fixar o prazo de 5 (cinco) anos para obtenção da licença, a Lei 13.804/19 criou uma penalidade administrativa superior àquela definida pela jurisprudência com base em construção fundada no art. 92, III, do CP, razão pela qual não seria possível sua retroação para fatos anteriores à Lei 13.804/19, em prejuízo do réu. Embora não aplicável ao caso a perda da CNH com base no art. 287-A do CTB (incluído pela Lei 13.804/2019), tem cabimento a decretação de suspensão dos direitos.

Sustenta a defesa violação dos arts. 92, III, do Código Penal.

Aduz que *a direção de veículo automotor não é condição sine qua non para a prática do delito de descaminho, sendo claro que possui diversas outras formas de execução* (fl. 315).

Requer o provimento do recurso, a fim de que seja afastado o efeito secundário da condenação relacionada à inabilitação para direção de veículo automotor.

Contra-arrazoado e admitido na origem, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Consta dos autos que o agravante foi condenado à pena de 1 ano, 4 meses e 15 dias de reclusão, no regime semiaberto, mais a suspensão da habilitação para direção de veículo automotor pelo prazo de 5 anos, como incurso no art. 278-A do CTB. Interposto recurso de apelação, o Tribunal de origem deu parcial provimento

ao apelo defensivo a fim de reduzir o prazo da suspensão da habilitação pelo prazo da condenação, com fundamento no art. 92, III, do CP.

A propósito, assim constou no acórdão recorrido (fls. 293/297):

3. Da cassação da CNH Postula a defesa o afastamento do decreto condenatório de cassação da CNH ou proibição de obtê-la pelo prazo de 5 (cinco) anos, efetuado com base na Lei 13.804/2019. Aduz que a penalização fere o princípio da irretroatividade da lei, visto que os fatos ocorreram antes do advento da lei, e que o apelante necessita da habilitação para o exercício de sua atividade laboral.

Assim constou na sentença:

4. DA CASSAÇÃO DA HABILITAÇÃO A Lei n.º 13.804, de 10 de janeiro de 2019, acrescentou o artigo 278-A ao Código de Trânsito Brasileiro:

O Art. 278-A. O condutor que se utilize de veículo para a prática do crime de receptação, descaminho, contrabando, previstos nos arts.180, 334 e 334-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), condenado por um desses crimes em decisão judicial transitada em julgado, terá cassado seu documento de habilitação ou será proibido de obter a habilitação para dirigir veículo automotor pelo prazo de 5 (cinco) anos.

O dispositivo em questão se aplica quando o veículo automotor for utilizado como instrumento relevante para a prática de crime de receptação, descaminho, contrabando, previstos nos arts.180, 334 e 334-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Tal medida tem a função de evitar a reiteração de crimes da mesma natureza, na condução de veículos, por dificultar a utilização destes, desestimulando tais condutas.

Portanto, deve ser aplicada a cassação do documento de habilitação dos réus ou, se for o caso, a proibição de obter a habilitação para dirigir veículo automotor pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Assiste razão em parte à defesa.

O art. 2º da Lei nº 13.804, de 10 de janeiro de 2019, que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao contrabando, descaminho, furto, roubo e receptação, acrescentou o art. 278-A ao Código de Trânsito Brasileiro, nos seguintes termos:

Art. 278-A. O condutor que se utilize de veículo para a prática do crime de receptação, descaminho, contrabando, previstos nos arts. 180, 334 e 334-A do decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), condenado por um desses crimes em decisão judicial transitada em julgado, **terá cassado seu documento de habilitação ou será proibido de obter a habilitação para dirigir veículo automotor pelo prazo de 5 (cinco) anos.**
(...)

Trata-se de medida administrativa a ser implementada após o trânsito em julgado da condenação.

A medida prevista no artigo 43, V, c/c artigo 47, III, ambos do Código Penal, por sua vez, é pena restritiva de direito substitutiva à privativa de liberdade. No

presente caso, contudo, não houve substituição.

Ademais, a pena restritiva de direito de interdição temporária de direitos terá a mesma duração da pena privativa de liberdade substituída (artigo 55, do Código Penal), de sorte que não seria aplicável pelo prazo de 05 (cinco) anos.

O artigo 92, III, do Código Penal, por outro lado, trata do efeito extrapenal específico da condenação de inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.

Quanto a este efeito da condenação, tem-se entendido que diz respeito à suspensão da habilitação, pelo período da condenação.

Nesse sentido:

(...) 2. no silêncio da lei sobre o tempo de duração da medida, deverá durar pelo tempo da condenação, iniciando-se o prazo a partir do recolhimento da CNH por parte do Juízo da Execução ou da autoridade administrativa, até o integral cumprimento das penas aplicadas. (EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 5010067-47.2011.404.7002/PR - RELATOR: Juiz Federal JOSÉ PAULO BALTAZAR JUNIOR - Julgado em 09 de dezembro de 2013.)

Ao determinar a cassação da CNH e fixar o prazo de 5 (cinco) anos para obtenção da licença, a Lei 13.804/19 criou uma penalidade administrativa superior àquela definida pela jurisprudência com base em construção fundada no art. 92, III, do CP, razão pela qual não seria possível sua retroação para fatos anteriores à Lei 13.804/19, em prejuízo do réu.

Esse foi o entendimento aplicado pela 8ª Turma desta Corte, em recente julgado, como segue:

[...]

De fato, embora se trate de sanção administrativa, incide o princípio da irretroatividade da lei, salvo se benéfica, conforme julgado da Sexta Turma do STJ, como segue:

Ensina ainda o Ministro Roberto Barroso, em voto proferido no MS 32.201/DF (DJE 21/03/2017):

(...) já há algum tempo a doutrina tem conferido tratamento específico ao poder sancionador das entidades públicas, diferenciando-o do poder de polícia. Distinguem-se, assim, as limitações impostas com base no poder administrativo de polícia – o qual possui caráter de proteção preventiva de interesses públicos – das punições decorrentes do exercício de um autêntico poder administrativo sancionador, este sim de caráter repressivo. É dizer que o poder de polícia, nesse sentido estrito, não inclui a aplicação de sanções, atividade submetida, consoante compreensão mais recente, ao regramento jurídico próprio e específico do chamado direito administrativo sancionador.

14. Essa linha de pensamento se mostra apropriada na medida em que **as sanções administrativas estão sujeitas, em suas linhas gerais, a um regime jurídico único, um verdadeiro estatuto constitucional do poder punitivo estatal, informado por princípios como os da legalidade (CF, art. 5º, II, e 37, caput); do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV); do contraditório e da ampla defesa (CF, art. 5º, LV); da segurança jurídica**

e da irretroatividade (CF, art. 5º, *caput*, XXXIX e XL); da culpabilidade e da pessoalidade da pena (CF, art. 5º, XLV); da individualização da sanção (CF, art. 5º, XLVI); da razoabilidade e da proporcionalidade (CF, arts. 1º e 5º, LIV).

Destaco ainda que, **nos termos da Lei 13.804/19, a sanção, embora medida administrativa, decorre de condenação criminal transitada em julgado, guardando, portanto, íntima conexão com a sanção de cunho penal.**

Aplicável ao caso, portanto, apenas o previsto no artigo 92, III, do Código Penal.

E consoante entendimento desta corte, a utilização de veículo para a prática de crime é suficiente para determinar a suspensão do direito de dirigir, nos termos do inc. III do art. 92 do CP. Além de dissuasória, a medida dificultará a reiteração criminosa (TRF4, Apelação Criminal nº 0002237-14.2008.404.7005, 7ª Turma, Juíza Federal Salise Monteiro Sanchotene, por unanimidade, D.E. 23/09/2013).

Na mesma linha de entendimento:

[...]

Consoante leciona Cezar Roberto Bitencourt, o objetivo da medida de suspensão do direito de dirigir é "afastar o condenado da situação criminógena, impedindo que se oportunizem as condições que, provavelmente, poderiam levá-lo à reincidência: reforça a proteção dos bens jurídicos violados e previne a reiteração da conduta delituosa" (Código penal comentado. 3ª ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 304).

Nesse cenário, cabe ao Poder Público impor medidas que dificultem a perpetração de novos crimes por parte do acusado.

Destarte, ainda que a medida não seja capaz de impedir que o agente de outro modo pratique o crime de contrabando ou descaminho, é medida dissuasória, que dificultará a renovação da prática delitiva. No mesmo sentido, como o carro foi utilizado no que atine ao crime de resistência, também serve para a prevenção de novos delitos da mesma categoria.

Nesse sentido, veja-se decisão da 4ª seção desta Corte:

[...]

O entendimento da 7ª Turma, ainda, em regra, é de não se aplicar a inabilitação para dirigir veículos quando tratar-se de réu motorista profissional.

Na hipótese, **considerando que não se trata de motorista profissional, pois declarou trabalhar como ajudante de carga e descarga** (evento 46, TERMOAUD1), **é possível a suspensão do direito de dirigir, visto que não afasta do réu a possibilidade de trabalho.** Ademais, embora alegue trabalhar em local remoto, de difícil acesso, verifica-se que se trata de rodovia estadual, não havendo prova da inexistência de outros meios de transporte à disposição do apelante.

Desse modo, embora não aplicável a cassação da CNH com base no art. 287-A do CTB (incluído pela Lei 13.804/2019), tem cabimento a decretação de suspensão da habilitação para dirigir, pelo prazo da condenação, com base no art. 92, III do Código Penal.

Superior Tribunal de Justiça

Contudo, tal entendimento diverge da jurisprudência deste Tribunal Superior, no sentido de que demonstrado *que o agravante praticou crime doloso e se valeu de veículo automotor como instrumento para a sua prática, é de rigor a aplicação da penalidade de inabilitação para dirigir, nos termos do art. 92, III, do Código Penal* (AgRg no REsp 1.521.626/PR, Quinta Turma, Rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 22/06/2015). No mesmo sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PORTARIA MF N. 75/2012. QUESTÃO JÁ DECIDIDA, PELO STJ, EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REITERAÇÃO DELITIVA. INABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO. MANUTENÇÃO DA MEDIDA.

1. O tema concernente à aplicabilidade do patamar previsto na Portaria MF n. 75/2012 para fins de análise da atipicidade material da conduta já foi objeto de apreciação por esta Corte, no julgamento do AREsp n. 256.336/PR, o que torna prejudicada a questão.

2. A aplicação do princípio da insignificância no crime de descaminho não é possível quando a existência de informações acerca de reiteração delitiva em delitos da mesma natureza demonstram elevado grau de reprovabilidade do comportamento do acusado e maior potencial de lesividade ao bem jurídico tutelado (AgRg no AREsp n. 563.139/PR, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 22/6/2015).

3. A aplicação da medida prevista no art. 92, III, do Código Penal exige três requisitos: crime doloso; veículo como instrumento do crime; declaração expressa na sentença (CAPEZ, Fernando. Código penal comentado. 4ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013). No presente caso, trata-se de crime doloso, para cuja prática foi utilizado veículo, tendo sido a medida adequadamente motivada, como impõe o art. 92, parágrafo único, do Código Penal. Sendo assim, os requisitos encontram-se devidamente cumpridos.

4. *Agravo regimental improvido.* (AgRg no REsp 1530091/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 25/08/2015, DJe 15/09/2015.)

Cumpra observar que a aplicação da referida pena acessória, além demandar o preenchimento dos requisitos objetivos – a prática de crime doloso e a utilização do automóvel como meio para a realização do delito –, demanda que o julgador fundamente a necessidade da sua imposição, por não se tratar de efeito automático da pena. Nesse sentido:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. CONDENAÇÃO. CRIME DOLOSO. UTILIZAÇÃO DE AUTOMÓVEL. PENA ACESSÓRIA. INABILITAÇÃO PARA DIRIGIR DE VEÍCULO. APLICAÇÃO.

LEGALIDADE. ANÁLISE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DESNECESSIDADE. MATÉRIA DE DIREITO. SÚMULA 7/STJ. NÃO APLICAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Demonstrado que o agravante praticou crime doloso e se valeu de veículo automotor como instrumento para a sua prática, é de rigor a aplicação da penalidade de inabilitação para dirigir, nos termos do art. 92, III, do Código Penal (AgRg no REsp 1.521.626/PR, Quinta Turma, Rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 22/06/2015).

2. A aplicação da pena acessória, além demandar o preenchimento dos requisitos objetivos - a prática de crime doloso e a utilização do automóvel como meio para a realização do delito -, necessita que o julgador fundamente a sua imposição, por não se tratar de efeito automático da pena.

3. A análise da questão referente à aplicação da penalidade de inabilitação para dirigir, nos termos do art. 92, III, do Código Penal, não implica o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, por se tratar de matéria estritamente de direito, não havendo falar na incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1496122/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 20/09/2016.)

RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA COM A CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. DESNECESSIDADE. EFEITOS EXTRAPENAIIS DA CONDENAÇÃO. INABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO AUTOMOTOR. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA DA MEDIDA. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. A instauração de procedimento administrativo para constituição definitiva do crédito tributário no descaminho, nos casos em que isso é possível, não ocasiona nenhum reflexo na viabilidade de persecução penal.

2. São requisitos objetivos para a imposição de inabilitação para dirigir veículo automotor a prática de crime doloso e a utilização do automóvel como meio para a realização do delito.

3. Além dos requisitos objetivos, é exigido que o juiz justifique a conveniência de sua imposição no caso específico. As instâncias ordinárias, além de apontarem os requisitos objetivos, fundamentaram concretamente a necessidade de aplicação da medida.

4. *Recurso especial não provido* (REsp 1501819/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 05/10/2015.)

No caso, o acusado foi condenado por crime doloso praticado com o uso de veículo automotor e a aplicação da pena acessória prevista no art. 92 do CP foi devidamente motivada no fato, notadamente porque, além de evitar a reiteração delitiva, não se trata de motorista profissional, o que não impediria o exercício do

Superior Tribunal de Justiça

trabalho, diante da existência de outros meios de locomoção.

Incide, pois, a Súmula 83/STJ.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

